

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: uma reflexão a partir dos atendimentos do serviço especializado de abordagem social no município de Castanhal - PA

Resumo:

Este artigo reflete sobre a presença da população em situação de rua no município de Castanhal - PA, considerando os atendimentos realizados pelo Serviço Especializado de Abordagem Social. Utilizamos o método de pesquisa qualitativa com base na descrição da análise documental dos dados estatísticos e indicadores sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social e pelos dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Percebemos que o perfil da população em situação de rua é negra e de baixa escolaridade. Entretanto, constatou-se uma lacuna no quesito raça/cor e escolaridade dos usuários abordados diante dos indicadores. Assim, a pesquisa aponta para uma reflexão sobre a importância dos indicadores na construção de políticas públicas diante da crescente presença da população em situação de rua no território de Castanhal – PA.

Palavras – Chave: Política de Assistência Social, Serviço Especializado de Abordagem Social, População em Situação de rua.

POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL Y POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE: una reflexión desde el cuidado de enfoque social servicio especializado en el municipio de Castanhal - PA

Resumen:

En este artículo se reflexiona sobre la presencia de personas en las calles en la ciudad de Castanhal - PA, teniendo en cuenta los servicios prestados por el Servicio Especializado de Enfoque social. Se utilizó el método de investigación cualitativa basada en la descripción del análisis documental de los datos estadísticos e indicadores sociales de la Asistencia Social Municipal y los datos del ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre. Nos dimos cuenta de que el perfil de la población que vive en la calle es la educación oscura y baja. Sin embargo, había un hueco en la raza / color y la educación de los usuarios se dirigió a los indicadores. Por lo tanto, la investigación apunta a una reflexión sobre la importancia de los indicadores en la construcción de políticas públicas de la creciente presencia de personas en las calles en el territorio de Castanhal - PA.

Palabras - clave: política de asistencia social, servicio especializado de la población Enfoque Social en situación de calle.

1. INTRODUÇÃO

No cenário atual, em que o planejamento e a gestão de municípios e instituições são processos que exigem um diagnóstico global e situacional da realidade local, que acompanhe e interprete a dinâmica municipal em seus diversos aspectos (social, econômico, psicológico educacional e ambiental), a informação transmitida através de dados estatísticos, indicadores sociais e elaboração de relatórios apresentam-se como um instrumental de fundamental importância tanto para o planejamento quanto para a execução e avaliação de políticas públicas.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Castanhal - PA (SEMÁS), a partir Centro de Referências Especializado de Assistência Social (CREAS) e do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) compreende a importância na atuação conjunta para a viabilização de Políticas Públicas, em particular, da Política Nacional de Assistência Social para os usuários em situação de rua. Nesse sentido, a elaboração de diagnósticos, a organização e interpretação de dados e a capacitação contínua de profissionais, tem possibilitado tanto a tomada de decisões, quanto no conhecimento acerca da realidade vivenciada.

Este artigo busca refletir sobre a presença da população em situação de rua no município de Castanhal - PA, considerando os atendimentos realizados pelo Serviço Especializado de Abordagem Social no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. O referido estudo foi pensado a partir do projeto CapacitaSUAS, realizado em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), que trouxe o curso de "Indicadores para Diagnóstico dos Programas do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e do Brasil sem Miséria (BSM)" para os técnicos da SEMÁS.

O objetivo do CapacitaSUAS é habilitar os profissionais da Assistência Social, afim de contribuir para a realização de diagnósticos sobre a realidade socioeconômica e a dimensão da pobreza nos estados e municípios brasileiros. No decorrer do curso, a aproximação e o conhecimento de alguns dados estatísticos, nacionais e municipais chamaram a atenção para uma situação expressiva que o território de Castanhal - PA tem enfrentado nos últimos anos: o aumento gradativo da população em situação de rua.

Neste sentido, foram reunidas as experiências vivenciadas por profissionais que atuam na Assistência Social, em especial no Serviço Especializado de Abordagem Social, que a partir de atendimentos e relatórios evidenciaram a importância e necessidade de refletir sobre o perfil da população em situação de rua, considerando a viabilização de políticas públicas específicas para esta demanda, que atinge não apenas Castanhal, mas o

Brasil como um todo, já que as desigualdades sociais são inerentes ao modelo econômico neoliberal vigente no contexto atual no território nacional.

Assim, a primeira parte desta comunicação expõe algumas notas sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando a Política Nacional de Assistência Social, os serviços disponibilizados no âmbito da garantia dos direitos e a população em situação de rua. Em segundo será evidenciado o método utilizado para coleta de alguns dados sobre o Serviço Especializado de Abordagem Social, destacando os atendimentos e demandas a partir do relatório da Secretaria Municipal de Assistencial Social e do MDS. Em terceiro serão apresentadas um breve perfil da população em situação de rua, considerando a realidade apresentada pelo município de Castanhal – PA nos relatórios do ano em destaque.

2. Notas sobre o Sistema Único de Assistência Social e a população em situação de rua

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS foi instituído no ano de 2005 de forma descentralizada e participativa que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social. Com isso, presta serviços a públicos específicos contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

O Sistema organiza as ações da assistência social e proteção social por níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média complexidade e alta complexidade). A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

A Proteção Social Especial organiza, no âmbito do SUAS, a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Tais situações podem incidir sobre as relações familiares e comunitárias, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, portanto, atenção especializada e maior articulação com os órgãos de defesa de direitos e outras políticas públicas setoriais (BRASIL, 2011).

A atenção na Proteção Social Especial tem como objetivo principal contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para a reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais. Nesse sentido, algumas situações podem ser aqui elencadas: violência física e psicológica; negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras (BRASIL, 2011). Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a atenção na Proteção Social Especial organiza-se em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento dos riscos, pessoal e social, vivenciados pelas famílias e indivíduos atendidos, a oferta da atenção na Proteção Social Especial de Média Complexidade requer acompanhamento especializado, individualizado, continuado, imediato e articulado com a rede (BRASIL, 2009)

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por sua vez, tem como o objetivo ofertar serviços especializados, em diferentes modalidades e equipamentos, com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem nos serviços de acolhimento institucional.

A atuação na Política de Assistência hoje, embora perpassse os limites que as marcas de práticas assistencialistas deixaram ao longo dos anos, atravessa um grande desafio tanto para os profissionais quanto para as demandas, que cada vez mais se intensificam e necessitam ser atendidas no contexto dos direitos sociais, realidade que não se distancia para a população em situação de rua no cenário nacional.

O conceito apresentado no Decreto nº 7.053/2009, que regulamenta a Política Nacional para a População de Rua (PNPR), define essa população como:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

A pesar da definição expressa na PNPR, a multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas a subsistência de moradia, as diferenças de tempo que os vínculos familiares se dissolveram e novas formas de socialização se consolidaram são alguns dos inúmeros fatores que dificultam a formulação de conceitos unidimensionais a respeito da população de rua.

A partir dessa definição, percebe-se que a pobreza extrema é um dos aspectos que caracterizam essa população. As pessoas em situação de rua estão submetidas à total limitação de renda que impede que elas satisfaçam necessidades mínimas, como alimentação e moradia, mas combinado a isso há a impossibilidade de acesso a condições de promoção e garantias de direito que possam sanar essa limitação (CRP-MG, 2015).

Além da dinâmica diversa que dificulta a formação de conceitos unidimensionais, é preciso considerar que três condições se articulam para a configuração da situação de rua: pobreza extrema, vínculos familiares rompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional. Cabe observar que a pobreza, por sua vez, também constitui uma categoria multidimensional e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é fundamentalmente uma categoria política que se traduz pela dificuldade de acesso a direitos e oportunidades (BRASIL, 2011).

A questão da população em situação de rua deve, portanto, ser compreendida em suas múltiplas determinações, ou seja, há uma multiplicidade de fatores que conduzem a essa situação, incluindo, desde fatores estruturais, como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda, até fatores relacionados à ruptura de vínculos familiares e infortúnios pessoais, como perda dos bens.

Em situações transitórias, algumas pessoas ficam na rua como consequência de uma circunstância, na qual o indivíduo, destituído de condições econômicas, possivelmente resultado do desemprego ou situação de ruptura familiar, pernoita alguns dias na rua, embora ainda preserve uma rede de apoio e suporte a qual poderá recorrer. Entretanto, há aqueles casos em que, diante de um leque menor de alternativas, com o passar do tempo e convivendo com outros que se encontram na mesma situação, o indivíduo descobre formas de resistência e sobrevivência nas ruas, constitui novas redes de relações que reduzem o traço ameaçador e vulnerável que as ruas põem ter e se vincula de forma mais significativa a este espaço (CRP-MG, 2015).

Assim, gradativamente, a rede de vínculos construída na rua passa a ser uma referência progressiva para aquele indivíduo, e sua vinculação à rua passa a ser mais forte que outros laços construídos outrora, em outros espaços. Uma vez fortalecida as vinculações ao espaço da rua, pode-se instalar um processo em que a rua passa a ser o espaço primordial de relações pessoais e estratégias de sobrevivência, conduzindo a uma gradativa adesão aos códigos das ruas como local de moradia e trabalho. A dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade e, por vezes, a falta de respostas às necessidades e demandas, com a devida agilidade e respeito à dignidade, contribuem para que a rua se configure como um espaço de resistência e sobrevivência.

3. Alguns dados sobre o Serviço Especializado de Abordagem Social no Município de Castanhal – PA

Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), constituem Unidades para a oferta de serviços especializados no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade: O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para Populações em Situação de Rua (Centro POP). Ainda de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços, o SEAS poderá ser ofertado pelas unidades do CREAS ou pelo Centro POP, até mesmo de forma concomitante entre as unidades. A oferta desses serviços dependerá das demandas territoriais, da realidade local e da avaliação da gestão.

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de álcool e outras drogas, dentre outras.

O SEAS deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas na perspectiva da garantia de direitos. A identificação da ocupação dos espaços urbanos como possibilidades de garantia de direitos apresenta-se como uma realidade brasileira no contexto atual. Nesse sentido, o SEAS por meio de sua cartilha, Brasil (2009) considera como espaços de ocupação e produção de subjetividade desses usuários praças, entroncamentos, de estradas, fronteiras, espaços públicos para atividades laborais, locais de intenso comércio, terminais de ônibus e vans, posto de gasolina e outros.

O SEAS tem como objetivo, portanto, construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso a rede de serviços e a benefícios assistenciais; identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, as estratégias de sobrevivências, as procedências, as aspirações, os desejos e relações estabelecidas com as instituições; promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado; estabelecer parcerias junto a rede intersetorial e socioassistencial e promover ações de novos modelos de inserção familiar e comunitária.

Contudo, o recorte aqui apresentado estará estritamente voltado para os usuários em situação de rua no território de Castanhal – PA. Importante citar que os dados coletados são de usuários em situação de rua, espaço que tem sua moradia ou pernoite em espaços de tipos variados como espaços públicos, praças, viadutos, parques, rodoviárias, à frente de prédios públicos e privados não utilizados a noite e outros de mesma natureza. Também houve acesso aos dados de usuários em situação de rua que se encontram em casa de

passagem vinculada a centros religiosos que formam a rede de serviços socioassistenciais no território.

Conforme os dados coletados do Relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social (RMA) no período de 2014 têm-se um quantitativo de 1.185 de abordagens realizadas pelo SEAS, tendo uma média mensal de 29 casos, por outro lado, no período de 2015 apresenta-se o quantitativo de 970 pessoas abordadas pela equipe, o que significa uma média mensal de 81 casos, para tanto se tem um total de 1.698 abordagens realizadas pela equipe técnica do SEAS durante os dois períodos.

Outro dado importante refere-se ao quantitativo de usuários por sexo abordados no período de 2014. Desse total, no período de 2014, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) atendeu apenas 16 usuários. Do total de usuários abordados no período de 2015 constam 235 usuários do sexo masculino e 113 do sexo feminino, já em 2015 esse dado sofreu alterações significativas, passando para 863 e 55 respectivamente, situação que também instiga pensar sobre uma análise que perpassa as questões de gênero, pois neste caso observa-se que o sexo masculino apresenta um crescimento acelerado em relação ao sexo feminino.

No que se refere às situações identificadas pela equipe da SEAS em 2014 apresenta-se os seguintes dados: 57 são usuários que são migrantes, 122 são usuárias de álcool e outras drogas e 40 crianças e adolescentes usuárias de álcool e outras drogas; no período de 2015, os dados dos migrantes são superiores ao ano anterior 106 ocorrências, o mesmo ocorre com usuários adultos de álcool e outras drogas, com um aumento significativo para 786 usuários abordados e 04 criança e adolescente usuárias de álcool e outras drogas.

Por meio do Registro Mensal de Atendimentos (RMA/MDS), notamos o perfil dos usuários em situação de rua por sexo e idade, no período de 2014. A maioria dos registros de atendimentos é do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 59 anos. Temos então, 52 usuários abordados do sexo masculino, em relação a 16 usuárias abordadas do sexo feminino da mesma faixa etária. Observou-se também 19 usuários abordados entre 13 e 17 anos e 14 usuários com mais de 60 anos. Entre os indicadores apresentados pelo relatório da SEMAS no período de 2014 e 2015 não foram encontrados dados correspondentes a escolaridade e ao quesito raça/cor no perfil dos usuários em situação de rua no território de Castanhal – PA, embora tenha sido expressiva tanto nas fontes de dados locais e nacionais a presença do sexo masculino entre a população de rua identificada nos atendimentos.

4. Castanhal e a População em situação de rua

A história da origem do município de Castanhal é atribuída a um povoamento de colonos e imigrantes nordestinos. O desenvolvimento do Núcleo de Castanhal começou a partir do momento em que o Governo decidiu dar início à execução do tão discutido e até mesmo desacreditado por alguns homens da Província, projeto de construção da ferrovia que ligaria Belém e Bragança, cuja obra conforme a região passou a ser chamada de Estrada de Ferro de Bragança (CASTANHAL, 2006).

De início, podemos avaliar que o território de Castanhal – PA nasce e se desenvolve como um território de trânsito e sendo povoado por imigrantes. Fato que identificamos nos dados apresentados a seguir. Castanhal – PA como um lugar que historicamente é dado como território de oportunidades de trabalho, o que facilita um movimento de processo migratório, caracterizando grande parte da população em situação de rua no território.

Nota-se que houve um aumento significativo de 64% de números de pessoas abordadas pela equipe entre o período de 2014/2015 no território de Castanhal – PA. Observando o contexto histórico do território e a implantação do SEAS no início de 2014, esse número de usuários em situação de rua tem aumentado. Seja pelo domínio e conhecimento mais ampliado do território, seja pelo conhecimento dos usuários do serviço, ou até mesmo, pelo trabalho minucioso realizado pela equipe desde a implantação do serviço. Com isso, cabe o entendimento da gestão de aperfeiçoar os dados e seus indicadores sociais para, junto com o plano de ação executar a política de forma mais resolutiva e diretiva nas suas práticas.

Em relação ao perfil social relacionado ao sexo dos usuários em situação de rua percebe-se que existe, no município de Castanhal – PA, uma incidência maior de usuários do sexo masculino. Não obstante, houve um aumento de mais de 250% de usuários do sexo masculino no território de Castanhal – PA, tendo o PAEFI recebido um número de 16 usuários em 2014 e um aumento proporcional no período de 2015 que foi de 61 usuários atendidos. Com isso, notamos que o atendimento específico que era para ser direcionado ao Centro POP, vem sendo direcionado para o PAEFI, acarretando uma série de dificuldades no acompanhamento de outras demandas pelo programa. Isso evidencia a necessidade da aproximação entre os serviços para diminuir a demanda apresentada e a implantação de um equipamento público dentro da PNAS que absorva essas demandas específicas. Nesse sentido, o Centro POP pode apresentar-se como uma unidade de referência da Proteção Social Especial devendo ofertar obrigatoriamente um Serviço Especializado para pessoas em situação de rua.

Desse quantitativo de usuários abordados e acolhidos no CREAS, mais uma vez, os números a respeito do uso abusivo de álcool e outras drogas vem aumentando no território de Castanhal - PA entre o período de 2014/2015 e tem sido um dos grandes motivadores que levam esses usuários estarem em situação de rua, conforme os números

apresentados acima. Essa relação com o aumento do quantitativo de usuários do sexo masculino está ligado diretamente ao índice do uso abuso de álcool e outras drogas.

Ainda analisando a crescente demanda apresentada na abordagem a respeito da motivação dos usuários estarem em situação de rua estão os conflitos familiares, situação de trânsito no território, egressos do sistema penal, dentre outros.

Outro dado pertinente é a ausência do quesito cor/raça nos dados estatísticos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Castanhal (SEMAS). Sobre este aspecto é importante destacar que segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) no perfil social é avaliado os critérios de sexo, idade, raça/cor, escolaridade, situação identificada, e casos acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI. Portanto, observa-se que os indicadores sociais apresentados durante o período de 2014/2015 não obedeceu às diretrizes propostas pela resolução apresentada. Com isso, a ausência do quesito raça/cor na coleta dos dados estatísticos prejudica de forma sistemática na elaboração e no planejamento das políticas públicas sociais contribuindo para manutenção da situação de desigualdades e exclusão desse grupo étnico racial, pois, a ausência desses dados camufla as particularidades e diversidades raciais existentes no território de Castanhal – PA. Assim, segundo Santos (2013), essa atitude pode configurar-se como racismo institucional a falha do estado em promover políticas públicas para determinado tipo de população.

Vivemos em uma sociedade que o racismo se apresenta como um elemento estruturante que produz sofrimento psíquico e desigualdades em que grande parte da juventude negra (como mostra os dados acima) e se encontra em situação de extrema vulnerabilidade, pois essa mesma população vem sendo sistematicamente exterminada, por meio do estado, em nome de uma política de segurança. Segundo Waiselfisz (2015), dados do Mapa da Violência de 2015 explicitam que durante o ano de 2003 ao ano de 2012, no Estado do Pará, as taxas de homicídio cresceram significativamente entre jovens e pessoas do sexo masculino, sendo que a cada 100 mil habitantes eram 96 os casos de homicídios em pessoas brancas em 2003 e 170 em 2012. Já comparado a população negra eram em 2003 754 casos de homicídios e em 2012, 2046 casos. Esta também era uma realidade comum nos estados da região Norte e na maioria dos Estados Brasileiros.

Diante do exposto, é notório que a população negra é colocada em uma situação de extrema vulnerabilidade diante do racismo institucional expressa em instituições que não promovem políticas públicas voltada para essa população. Não podemos deixar de considerar, portanto, essa realidade no território de Castanhal - PA. No Brasil quase 54% da população é negra, segundo o IBGE (2014), porém outro dado pertinente é que na Tabulação Família e Pessoa do MDS, de março de 2016, percebemos que os usuários se classificam mais como pessoas brancas, sendo discrepante o quantitativo de pessoas

pardas/negras. Importante salientar, que esses indicadores sociais só foram possíveis de serem identificados, por meio do quesito raça/cor nos formulários para coleta de dados.

Além da ausência do quesito raça/cor, também não foram encontrados dados estatísticos nos relatórios da SEMAS durante o período de 2014 e 2015, o quesito escolaridade previsto também na Tipificação. Pontua-se então, que o manejo dos dados para traçar um perfil social da população em situação de rua, uma vez que para uma gestão compartilhada, descentralizada e participativa, torna-se de fundamental importância para potencializar o instrumento de coleta de dados. Assim, aprimorar os dados para construção de indicadores sociais contribui de forma significativa para prevenção de agravamentos, sendo necessário assim o conhecimento amplo dos níveis de agravamento e natureza das situações de vulnerabilidade e risco social/pessoal (BRASIL, 2011).

Outro ponto de destaque é a ausência da situação identificada nos relatórios da SEMAS, em que não há informação da situação de violação de direitos ou risco pessoal do usuário: ocorrência de abuso sexual, rupturas comunitárias e/ou situação de preconceito diante da orientação sexual ou entre outras violações. Construir esses indicadores sociais, a fim de identificar o perfil dos usuários em situação de rua é importante, pois são dados que podem ser cruzados para o planejamento e execução das políticas públicas de forma efetiva. Toda essa gama de informações ainda contribuiria maciçamente para as articulações com a rede de serviços, com visualização, por exemplo, de demanda para implementação no de uma Casa de Passagem e/ou Centro Pop no território.

Há uma multiplicidade de condições pessoais, familiares, comunitárias e sociais no contexto da população em situação de rua, em muitos casos, este é um espaço de resistência e de busca de novas sociabilidades e oportunidades, e desse modo, não um plano unidimensional (BRASIL, 2011). Nesse aspecto, enquanto serviço especializado da Proteção Social Especial, o SEAS deve buscar continuamente uma maior fidedignidade dos indicadores sociais para alcançar uma prática mais equitativa, participativa e democrática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este artigo propôs refletir sobre o perfil da população em situação de rua no município de Castanhal - PA, considerando os atendimentos realizados pelo Serviço Especializado de Abordagem Social no âmbito da Política de Assistência Social. A proposta teve como base de pesquisa os dados estatísticos e indicadores sociais disponibilizados tanto pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Castanhal-PA no período de 2014 a 2015, quanto pelas fontes nacionais como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Assim, foi possível evidenciar a proposta do SUAS, considerando a PNAS e os serviços ofertados no contexto da garantia dos direitos, que permitem contribuir para a atuação profissional dos trabalhadores e o fortalecimento da política, considerando as marcas deixadas pelo modelo econômico neoliberal vigente no Brasil, práticas clientelistas e assistencialistas que caminham na contramão dos direitos socialmente conquistados.

Nesse sentido foi importante sinalizar a Política Nacional para População de Rua, enquanto instrumento que permite tratar esta expressiva demanda de forma mais especializada, sobretudo, com a iniciativa de trazer compreensões e conceitos fundamentais que envolvem esta realidade e ainda a criação de Centros especializados para atendimentos, embora caminhando lentamente na sua implementação nos municípios.

Embora tenha sido apresentado um breve o perfil da população em situação de rua no município de Castanhal, não pretendemos traçar uma perspectiva de instituição total (GOFFMAN, 2011), em que é designado ao SEAS a resolutividade de entraves culturais, sociais, familiares e econômicos, controle da vida dos sujeitos a ela vinculados. Porém, colocamos em debate a necessidade de evidenciar particularidades que se apresentam, principalmente, nesta população que demanda atendimento especializado.

Observou-se que a população em situação de rua em Castanhal é em sua maioria do sexo masculino, em idade jovem e adulta, uma vez que o quantitativo de crianças e adolescentes é consideravelmente inferior, e vem diminuindo com os anos. Além disto, o número de migrantes tem aumentado, retomando a perspectiva história do município de Castanhal ser eminentemente um município de passagem. Ainda se verificou que majoritariamente o perfil identificado da população em situação de rua no município de Castanhal – PA é parda e/ou negra. A partir dos dados estatísticos apresentados, constatou-se também lacunas no que se refere a raça/cor e escolaridade, ponto que interfere significativamente na construção de políticas para esse perfil populacional.

Os serviços estruturados no âmbito da Política de Assistência Social, como a Proteção Social Especial, especificamente o SEAS são fundamentais para a viabilização dos direitos, no entanto, os limites permanecem e dificultam os atendimentos a situações mais complexas, a exemplo do município de Castanhal - PA, que embora possua demanda expressiva, ainda não disponibiliza de um Centro Especializado para atendimento de pessoas em situação de rua, tornando mais intenso o trabalho da equipe do serviço de abordagem que não consegue abarcar a totalidade dos atendimentos e tem enfrentado contínuos desafios em seu cotidiano. Além de dificultar a atuação da equipe técnica do PAEFI, onde há o acompanhamento psicossocial de grande parte das pessoas em situação de rua abordadas e encaminhadas pelo SEAS.

Diante disso, propomos com esta reflexão chamar atenção para a crescente presença do perfil estudado da população em situação de rua no município de Castanhal - PA que demandam políticas públicas específicas inseridas na universalidade da garantia de

direitos propostos pela seguridade social brasileira como um direito de todos e um dever do Estado.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Brasília, DF, Seção 1, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em 20 de jul. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, DF. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para população em situação de rua – Centro POP.** Brasília, 2011.

CASTANHAL. Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo do Município de Castanhal. **Plano Diretor de Castanhal 2007–2016.** Prefeitura Municipal, 2006a.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG). **A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios.** Belo Horizonte: CRP 04, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO DE 2014. Secretaria Municipal de Assistência Social.

RELATÓRIO. Castanhal – Pará, 2014. Relatório Mimeografado.

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO DE 2015. Secretaria Municipal de Assistência Social.

RELATÓRIO. Castanhal – Pará, 2015. Relatório Mimeografado.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo [recurso eletrônico].** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mortes Matadas por Armas de Fogo: Mapa da Violência 2015.** Brasília, 2015.